

NOVAS CONDIÇÕES DE CIRCULAÇÃO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO: questões no debate contemporâneo

Sarita Albagli¹
Maria Lucia Maciel²

RESUMO

Trata-se de situar o debate sobre as novas condições de produção, circulação e apropriação social da informação e do conhecimento, considerando as atuais mudanças tecnológicas, arcabouços institucionais vigentes e inovações sociais nesse campo; e verificar como tais condições repercutem nas tensões entre formas de apropriação social (informação como bem público) e formas de apropriação privada (informação como mercadoria). Observa-se particularmente essa dinâmica no campo informação em ciência e tecnologia (C&T). O intuito é analisar os desdobramentos desse quadro na configuração do regime global emergente de informação e sua expressão no Brasil. O trabalho apresenta resultados do reconhecimento e discussão da fronteira do debate acadêmico sobre o tema, em diferentes linhas interpretativas, procurando sistematizar e caracterizar as diferentes posições no debate, apresentando ainda os próximos desdobramentos da pesquisa. Esta faz parte de Programa de Investigação Internacional sobre o Regime Global Emergente de Informação em Ciência e Tecnologia.

Palavras-chave: Produção e Circulação de Informação. Apropriação Social. Propriedade Intelectual. Regime de Informação.

1 INTRODUÇÃO³

Há hoje amplo reconhecimento de que significativas inovações produtivas, sociais e organizacionais estão em curso, em grande medida relacionadas às transformações e difusão das tecnologias da informação e comunicação (TIC) nas últimas décadas, colocando em cena novas questões, atores e práticas no cenário informacional e exigindo novos aportes de pesquisa para seu entendimento. Informação e conhecimento tornam-se fatores cruciais para o desenvolvimento e o reposicionamento estratégico dos atores no quadro mundial, ao tempo em que ocorrem mudanças significativas nas dinâmicas de produção, circulação e apropriação da informação e do conhecimento. Menor consenso existe sobre em que medida essas são

¹ Professora-pesquisadora – IBICT - Doutora em Ciências – UFRJ - sarita.albagli@gmail.com

² Professora da UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) - Doutora em Sociologia - lucamaciel@gmail.com.

³ Este trabalho é parte de um programa internacional de investigação sobre o Regime de Informação Global Emergente, prevendo-se a realização de estudos comparativos, seminários de pesquisa, publicações e intercâmbio de pesquisadores e estudantes. Esse programa é coordenado conjuntamente pelas profas. Sarita Albagli (IBICT) e Maria Lucia Maciel (UFRJ), contando também com a colaboração da profa. Sandra Braman (Universidade de Wisconsin).

mudanças de fato estruturais nos padrões de geração e acumulação de valor e nas relações de poder, visualizando-se aí alguns aparentes paradoxos.

Um deles situa-se no campo da contradição entre a ampliação da difusão das TIC e as barreiras à socialização da informação e do conhecimento. De um lado, tem-se o imperativo de expansão contínua da produção de informação e conhecimento, como requisito para o desenvolvimento e a competitividade, e como condição para formulação de respostas adequadas à complexidade e urgência dos atuais desafios globais – ambientais, econômicos, sociais. Nos processos de inovação e criatividade, demonstram-se cruciais as dinâmicas colaborativas, em muito facilitadas pelas TIC e as novas plataformas digitais, que propiciam a produção conjunta, o compartilhamento e a circulação ampliada de informação e conhecimento em escala planetária, por meio de redes sociotécnicas. As dinâmicas informacionais e cognitivas passam a integrar os processos produtivos e a cadeia de geração de valor, contribuindo assim para projetar a importância do “trabalho imaterial”.

De outro lado, assiste-se à concentração – espacial, social e organizacional - e à privatização da informação e do conhecimento, sobretudo aqueles considerados estratégicos e/ou lucrativos. Nessa direção atuam o recrudescimento dos instrumentos de proteção de direitos da propriedade intelectual⁴ desde a década de 1980, bem como a crescente mercantilização e tentativa de controle dos espaços de interação digital (a internet principalmente) e dos bens imateriais e intangíveis que por eles circulam – informação, conhecimento, cultura. Essas formas de regulação mostram-se, por sua vez, inadequadas e ineficazes ante a crescente dificuldade de se introduzirem barreiras legais à ampla difusão e ao compartilhamento que os novos meios técnicos proporcionam.

Outro aparente paradoxo refere-se ao potencial de mobilização e participação social das TIC *versus* a tendência a maior desigualdade, novas hierarquias, novas formas de subordinação, subsunção e controle. Daí derivam-se portanto implicações distintas relativamente a possíveis estratégias de fortalecimento e afirmação de segmentos sociais marginalizados, de construção democrática, da cidadania e de desenvolvimento socioeconômico. Esse debate acadêmico tem também desdobramentos no campo da política -

⁴ Segundo a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), propriedade intelectual é hoje definida de modo bastante abrangente, incluindo direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico.

no sentido tanto do fazer e da disputa política, como no das políticas como estratégias de ação.

Cabe então refletir se essas questões assinaladas representam uma contradição inerente à lógica capitalista contemporânea; ou se indicam mudanças mais fundamentais que apontariam para um quadro estruturalmente distinto. Em outros termos, cabe discutir em que medida abrem-se novas brechas que permitem entrever possíveis caminhos de mudança e inovação social em torno de iniciativas sociais inéditas e que sugerem caminhos que pode tomar a ação social e política, no sentido de promover a mais ampla democratização e apropriação social da informação, do conhecimento e da cultura. Ou se, ao contrário, tendem a se aprofundar as assimetrias sociais, regionais e internacionais em uma regime de informação predominantemente excludente. Cabe ainda identificar quais os fatores e os atores que incidem em uma ou em outra direção.

Sem pretender esgotar a multiplicidade de aspectos e perspectivas que o tema envolve, são aqui apresentadas algumas das abordagens nesse debate, com o intuito de contribuir na discussão sobre o arcabouço teórico que melhor contribui para o entendimento do cenário atual. Cabe estabelecer uma interlocução entre essas várias noções, que, tendo em comum o reconhecimento da centralidade da informação, do conhecimento e das tecnologias associadas nas atuais mudanças paradigmáticas, partem de fundamentos teórico-conceituais e de perspectivas distintas na interpretação de seu significado econômico, político e social.

2 O DEBATE RECENTE

Nas décadas de 1960 e 1970, cunharam-se termos como os de Sociedade do Conhecimento (MACHLUP, 1962; DRUCKER, 1968), Sociedade Pós-industrial (BELL, 1976 [1973]), e Sociedade da Informação (PORAT, 1976). Essas abordagens estavam, de início, focadas nas mudanças no perfil das ocupações e nas estruturas do emprego, não revelando um amplo reconhecimento do significado da nova centralidade da informação e do conhecimento nas dinâmicas sociais, ou ainda do imaterial em sentido mais amplo (MACIEL; ALBAGLI, 2009). Ressaltava-se então o aumento da participação do setor terciário ou de serviços (atividades em que o valor é produzido fundamentalmente nas interações entre pessoas e menos nas relações homem-máquina ou homem-natureza), bem como o maior peso das atividades de produção e processamento da informação nas estruturas de trabalho e emprego.

Apenas na década de 1990, o termo sociedade da informação ganharia maior expressão política, social e cultural, para além das dimensões tecnológica e econômica,

quando boa parte dos países passou a desenvolver estratégias com o objetivo de estabelecer condições que permitissem melhor capitalizar as inovações trazidas pelo rápido desenvolvimento e difusão das TIC (LEGEY; ALBAGLI, 2000).

A crise geral, a partir da década de 1970, evidenciou o esgotamento do modelo fordista de produção industrial que vigorara desde o pós Segunda Guerra Mundial, cujos fatores-chave haviam sido petróleo barato, uso de materiais intensivos em energia e produção em linha de montagem para a fabricação em escala de produtos idênticos, segundo uma organização *taylorista* do trabalho. Com a crise do fordismo, as TIC iriam encontrar ambiente propício ao seu desenvolvimento e difusão, bem como à convergência multimídia. Além das TIC, despontava um conjunto de tecnologias genéricas, como a biotecnologia, os novos materiais e a optoeletrônica, cujo núcleo central consistia no aumento da capacidade de tratamento da informação, bem como sua aplicação direta no processo produtivo. Desdobraram-se daí transformações significativas no quadro sociotécnico-econômico, bem como o desenvolvimento de um novo espectro de interpretações.

Algumas correntes da literatura econômica de inspiração neo-schumpeteriana (a chamada corrente evolucionária da economia) apontaram então a passagem para um novo **paradigma técnico-econômico** (DOSI, 1982; FREEMAN, 1982)⁵, capitaneado e dinamizado pelas TIC. Ainda no seio do pensamento neo-schumpeteriano, se iria difundir posteriormente a noção de **economia do conhecimento e do aprendizado** (LUNDVALL, 1992), assinalando o papel estratégico da capacidade de inovação, entendendo-se por inovação a introdução de novo produto, processo ou formato organizacional (LEMOS, 1999).

Um outro conjunto de visões iria caracterizar o **pós-fordismo**, sinalizando a emergência de um regime de **acumulação flexível** (HARVEY, 1993 [1989]), em contrapartida à rigidez do período precedente, pautado na flexibilização de processos produtivos e do próprio trabalho, crescentemente polivalente e “precarizado”.

Mais recentemente, despontam as teses do **capitalismo cognitivo** (HARDT; NEGRI, 2000; MOULIER-BOUTANG, 2007; COCCO; SILVA; GALVÃO, 2003), para assinalar que “o que está em questão não é uma economia do conhecimento, mas uma mutação mais profunda que afeta a maneira como o capital é dotado de valor” (CORSANI, 2003, p. 15). Destacam-se a nova centralidade do trabalho imaterial (LAZZARATO; NEGRI, 2001)⁶ –

⁵ O enfoque de *paradigma técnico-econômico* é utilizado para indicar “o resultado de uma série de combinações viáveis de inovações (técnicas, organizacionais e institucionais), provocando transformações que permeiam toda a economia e exercendo importante influência em seu comportamento” (LASTRES; FERRAZ, 1999, p. 32).

⁶ Hardt e Negri (2005, p. 100) ressaltam que, ainda que o número de trabalhadores hoje envolvidos diretamente na produção imaterial seja menor relativamente ao total de trabalhadores, o importante é que “as qualidades e as

informação, conhecimento, imagens, criatividade, afetos, relações -, argumentando-se que “a dimensão imaterial não é uma característica do produto, mas do trabalho” (COCCO, 2000). Ou seja, não se trataria tão somente da tendência à “desmaterialização” das economias pelo aumento do conteúdo informacional e de conhecimento de produtos e processos e a redução no uso de materiais (MARQUES, 1999), mas de uma mudança na própria natureza do trabalho.

Dessa perspectiva, a geração de riqueza e de valor ocorre não apenas na esfera da produção (na empresa ou no mercado), mas também no consumo, na comunicação, no lazer. Enfim, trata-se da mobilização produtiva da sociedade inteira e de todo o tempo de vida, sendo cada vez menos possível distinguir as fases de produção das de consumo, o tempo de trabalho do tempo de vida (COCCO, 2000), configurando-se uma biopolítica (FOUCAULT, 2008) e um biocapitalismo. Resultado da atividade social e não de um produtor individual, o “intelecto geral” (conceito originado do *general intellect* de Marx) seria constituído da produção de conhecimento pelo conhecimento (MOULIER-BOUTANG, 2009). Nesse sentido, não se poderia mais falar de um tempo de trabalho objetivo da repetição, como no fordismo, mas sim no tempo (inter)subjetivo da criação (CORSANI, 2003).

Aponta-se assim para uma crise das categorias da economia política clássica (mais particularmente do pensamento marxista clássico). Por outro lado, a atualidade do pensamento de Marx para pensar esse campo é sustentada pela chamada teoria crítica da economia política da informação e da comunicação (BOLAÑO, 2002).

Subjacente a essas abordagens, coloca-se o debate sobre qual seria o arcabouço teórico-conceitual mais apropriado para melhor compreender o caráter e a extensão das transformações contemporâneas.

3 DIFUSÃO E SOCIALIZAÇÃO

Como elemento convergente nessas diferentes abordagens, ainda que sob óticas distintas, ressalta-se a importância atribuída à produção interativa e colaborativa de conhecimentos. Da perspectiva neo-schumpeteriana ou evolucionária, a inovação é um processo social (ninguém inova sozinho), desenvolvendo-se aí as noções de ambientes e sistemas de inovação, arranjos produtivos locais, bem como enfatizando-se o papel do aprendizado interativo.

Já da perspectiva do capitalismo cognitivo, o principal da riqueza e do valor hoje produzido resulta do trabalho vivo (imaterial) gerando trabalho vivo, configurando um verdadeiro processo de “polinização social”⁷. Conforme Moulier-Boutang (2009, p. 13), “o valor de um bem de conhecimento depende logo do grau de cooperação entre os cérebros vivos reunidos em redes. O capitalismo cognitivo se interessa prioritariamente nessa exploração particular da força-inventiva (mais do que na antiga força de trabalho)”. Nas diferentes perspectivas, de um modo geral, há hoje amplo reconhecimento do papel crucial das redes e mídias sociais (redes sociotécnicas mediadas e potencializadas por aparatos e infra-estruturas tecnológicas), dando também espaço à produção *peer to peer* (livre troca de informações entre indivíduos, sem intermediação).

Ainda da perspectiva do capitalismo cognitivo, o espaço digital contribui para a constituição do comum, por meio da atividade, do movimento coletivo que possibilita a criação de coisas. Trata-se de uma construção constante, um processo contínuo de dissolução e recomposição da multiplicidade, com a constituição de subjetividades por meio da linguagem e da atividade social, ainda que sem um sentido teleológico prévio (HARDT; NEGRI, 2000; CASARINO; NEGRI, 2008). Para Negri, aí está a base da criatividade: “o trabalho, hoje, para ser criativo deve ser ‘comum’, ou seja, produzido por redes de cooperação. O trabalho se define ontologicamente como liberdade através do comum: o trabalho é produtivo quando é livre, do contrário está morto, e é livre somente quando é comum.” (NEGRI, 2003, p. 153).

Permanece, por outro lado, a indagação sobre se, e em que medida, os novos meios técnicos hoje disponíveis estabelecem novas e melhores condições de acesso e disseminação de conhecimentos e informações considerados de fato estratégicos.

A codificação e a digitalização crescentes do conhecimento, transformado em informação, *pari passu* ao desenvolvimento e difusão das TIC, facilita seu acesso por um contingente crescente de pessoas, bem como a formação de redes colaborativas nas plataformas digitais. Por outro lado, contribui também para sua mercantilização e apropriação privada. Aí se expressa a tensão contemporânea entre: (a) de um lado, o imperativo de produzir mais conhecimento, informação, cultura e inovação – daí a importância de se promoverem meios para sua produção social e interativa; (b) e, de outro, o aumento da concentração, do controle e da privatização da informação e do conhecimento considerados estratégicos (concomitantemente à tendência à concentração de capitais), seja por mecanismos

⁷ Em analogia ao trabalho polinizador das abelhas Moulier-Boutang (2009) argumenta que o valor produzido no trabalho de polinização das abelhas é de 20 a 300 vezes maior do que aquele obtido com a produção de mel.

de proteção de direitos de propriedade intelectual (DPI), seja por outros meios de apropriação do conhecimento público e socialmente produzido. Logo, à abundância característica dos bens imateriais – que não se deterioram em seu uso ou consumo, mas, ao contrário, se fertilizam e reproduzem nas interações sociais –, busca-se dar sobrevida artificialmente à economia da escassez/raridade típica da produção material da economia industrial, por meio de instrumentos como os de proteção dos DPI (REF).

Na verdade, sempre houve certa inadequação dos instrumentos de proteção de DPI, seja pela impossibilidade de registrar e codificar todo o conhecimento, seja pela crescente dificuldade de se distinguir ou delimitar conhecimento novo daquele pré-existente (CRUZ, 1996; ALBAGLI, 1998). A essa inadequação agrega-se hoje a dificuldade de tornar efetivo esse aparato legal, ante a facilidade das novas formas de reprodução digital.

Essa “aceleração da difusão e a desaceleração da socialização dos produtos do capitalismo cognitivo” (COCCO, 2006, p. 193), pelas formas arbitrárias de privatização da riqueza gerada em comum, tende a causar perdas importantes na geração da própria riqueza. “Essa ‘sustentação’ privada da riqueza para manter a extração de valor acaba reduzindo dramaticamente o potencial produtivo de riqueza. Para se tornar valor, a riqueza deve ser difusa (pública), mas não pode ser socializada (comum). O público e o comum são mantidos separados.” (COCCO, 2006, p.194).

Por fim, é preciso reconhecer também que a progressão do gratuito nas redes digitais e da “economia da dádiva” (*gift economy*) tem tido, em contrapartida, a ampliação dos mecanismos de pagamento indireto, a rastreabilidade e a fidelização do consumidor, bem como a propaganda indireta.

No campo da Ciência da Informação (CI), a concepção de regime de informação (FROHMAN, 1995; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002; BRAMAN, 2004) - que hoje vem sendo trabalhada na CI a partir de diversas bases empíricas – propõe-se a prover um arcabouço heurístico abrangente para não somente compreender, como também atuar nesse cenário em transformação, contemplando traços e tendências comuns em áreas até então tratadas como dissociadas e fragmentadas. Tal abordagem “trata de um dos problemas chave enfrentados pelos elaboradores de políticas – a dispersão do processo decisório em numerosas jurisdições e atores – visualizando um universo comum”⁸ (BRAMAN, 2004, p. 13).

Por outro lado, é necessário ir além de uma perspectiva institucionalista estrita – foco predominantemente no arcabouço legal -, para levar em conta o processo social nos quais as

⁸ It addresses one of the key problems facing information policymakers - the dispersal of decision-making across numerous venues and players - by envisioning a common universe.

ações e práticas informacionais efetivamente ocorrem. Frohman contribui nessa direção, ao assinalar que “descrever um regime de informação significa mapear os processos agonísticos que resultam em estabilizações tentativas e difíceis de conflitos entre grupos sociais, interesses, discursos e até artefatos científicos e tecnológicos”⁹ (FROHMAN, 1995, p. 5). Gonzalez de Gómez (2002, p. 28), por sua vez, inspirando-se no “modo de informação” de Poster¹⁰, entende por regime de informação “o modo de produção informacional dominante em uma formação social”, aí inseridos os sujeitos, as regras, os meios e recursos de informação.

Dois aspectos são portanto centrais nessa análise: (a) a ênfase nas práticas informacionais (“ações de informação”) dos atores - estatais e não estatais -, tanto quanto na dimensão institucional formal; e (b) o reconhecimento do regime de informação como um campo de disputa e conflito, assim como de negociação e estabilização.

Cabe ainda considerar, nessa discussão, como os contornos do regime emergente de informação são afetados ante a nova centralidade e as especificidades do trabalho imaterial, bem como ante as características que fazem da informação e do conhecimento um bem peculiar – de custosa produção, mas de barata e fácil replicação e disseminação. Mais especificamente, como a dualidade entre abundância-circulação ampliada-apropriação social vs escassez-concentração-apropriação privada da informação e do conhecimento colocam em cheque os modos de regulação vigentes.

4 MOBILIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Reconhece-se o imenso potencial das novas mídias digitais (transformadas em mídias sociais) como instrumentos privilegiados de mobilização social, de participação política e cidadã, tanto em movimentos estruturados (como os do software livre), como pela simples ação individual tornada coletiva. Elas facilitam uma maior horizontalidade das comunicações e a formação do comum, propiciando dinâmicas colaborativas, mobilizações relâmpago, transgressões de *copyrights*, entre outros, propiciando ainda novas formas de relação entre o Estado e a sociedade.

Ao mesmo tempo, observa-se que o poder cada vez mais se define a partir do controle sobre o imaterial e o intangível – informações, conhecimentos, idéias, gostos e desejos de

⁹ “describing a régime of information means charting the agonistic processes that result in tentative and uneasy stabilizations of conflicts between social groups, interests, discourses, and even scientific and technological artifacts.”

¹⁰ POSTER, M. “The Mode of Information and the Cultures of the Internet- A Conversation with Mark Poster”; Consumption, Markets and Culture, Vol. 3 (3), 2000, 195-213.

indivíduos e coletivos. Constituem-se assim novas hierarquias geopolítico-econômicas, a partir de novos diferenciais socioespaciais: fundamentalmente desiguais disponibilidades de informações e conhecimentos estratégicos, bem como desiguais posições no âmbito dos fluxos e dos fixos que compõem as redes de informação e comunicação em escala planetária. Acrescenta-se ainda que redes de informação e redes de conhecimento são conceitos e realidades muito distintas, sendo estas últimas mais seletivas, controladas e hierarquizadas.

Estabelecem-se, portanto claras linhas divisórias entre os que estão capacitados a promover ou a participar ativamente em uma dinâmica ininterrupta de inovação e aprendizado e aqueles que foram, ou tendem a ser, deslocados e marginalizados por essas transformações.

Cabe ainda assinalar que as TIC também fornecem a base técnica para os novos modos de reprodução e valorização do capital, seja o capital financeiro, transformado em pura informação, seja o capital produtivo, ao permitirem a flexibilização do aparato técnico e do trabalho e ao viabilizarem a produção e a circulação de um conjunto de bens informacionais de ágil produção, comercialização e consumo (ALBAGLI, 2006).

5 A DINÂMICA INFORMACIONAL EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A dinâmica informacional em ciência e tecnologia (C&T) constitui um campo privilegiado de análise desses processos, pelo acúmulo de experiências e movimentos estruturados (como os de acesso livre à informação) e pela crescente difusão de práticas colaborativas, muitas das quais inovadoras. Ao mesmo tempo, é na área científico-tecnológica onde se sentem mais claramente os efeitos restritivos das regulações sobre a propriedade intelectual.

Um dos aspectos a considerar são as alternativas hoje em debate para a flexibilização do atual regime internacional de proteção de direitos de propriedade intelectual (DPI). Entre outras, discute-se a introdução de instrumentos, nos organismos multilaterais de regulação desses direitos e nos acordos de cooperação internacional, que facilitem a livre circulação de informação e conhecimento, de modo a permitir aos países menos desenvolvidos contribuir para o avanço da ciência e da tecnologia, assim como para a solução dos problemas globais emergentes. Mas que, por outro lado, garantam a proteção do conhecimento tradicional, das populações locais, sobretudo aquele que é estratégico para o acesso e uso de recursos genéticos e biológicos da nossa biodiversidade.

Um outro aspecto diz respeito ao acesso à literatura científica internacional e à visibilidade internacional da produção científica e tecnológica dos países em

desenvolvimento. Neste campo, políticas e ações de abrangência internacional podem gerar, *grosso modo*, três tipos de iniciativas:

- i) as que visam democratizar o acesso aos recursos bibliográficos (bibliotecas digitais e repositórios de textos, sobretudo a partir do movimento de acesso livre à informação em C&T);
- ii) as que procuram incrementar a visibilidade do trabalho de autores dessas regiões, abrindo maiores oportunidades à publicação, em revistas internacionais, de pesquisadores de países emergentes e menos desenvolvidos;
- iii) as que objetivam melhorar o conhecimento dos recursos existentes e disponíveis, bem como criar competências para seu melhor aproveitamento e uso, incluindo o enfrentamento de problemas relacionados à língua e outros obstáculos ao acesso e ao entendimento.

Observam-se, nesse sentido, diversos movimentos internacionais e manifestações brasileiras alternativos às políticas e práticas dos grandes grupos editoriais, as quais constituem barreiras econômicas ao acesso livre a informação e conhecimento em C&T, tais como: o *Open Archives Initiative* (OAI), o *Open Access to Knowledge and Information in Sciences and Humanities*, a *Declaration of Berlin*, a *Declaration of Bethesda*, na Europa e o Manifesto Brasileiro de Apoio ao acesso livre à Informação Científica no Brasil, lançado em setembro de 2005 pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), assim como o projeto *Creative Commons*, entre outras.

Vejam-se ainda as novas práticas e formas de cooperação técnico-científica interpessoais e interinstitucionais, especialmente em torno da formação de redes colaborativas de conhecimento em âmbito internacional que, em alguns casos, contribuem para romper as barreiras à circulação desse conhecimento. Tais iniciativas são frequentemente “invisíveis” aos radares governamentais dos países envolvidos e, portanto, não são adequadamente consideradas nas políticas de promoção da cooperação internacional em C&T.

Essas práticas mostram-se ainda mais relevantes em temas complexos e estratégicos, bem como em áreas críticas à superação de problemas que afetam a humanidade globalmente. Neste sentido, indica-se possivelmente a emergência de uma nova ética na cooperação internacional em C&T em torno de novas formas de compartilhamento de informações e conhecimentos, que poderia sinalizar uma transformação paradigmática nos termos que regem as relações internacionais na área.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa tem como foco a indagação e investigação sobre como as transformações nas condições contemporâneas de produção e circulação de informação e conhecimento repercutem nas formas de apropriação social (informação como bem público) ou privada (informação como mercadoria), considerando: as atuais mudanças tecnológicas, as políticas e arcabouços institucionais vigentes e emergentes, bem como as práticas sociais inovadoras nesse campo. Trata-se de compreender e caracterizar os contornos desse quadro em âmbito internacional, observando suas implicações no Brasil.

O enfrentamento dessa questão é portanto fundamentalmente político, residindo na definição do papel dos mecanismos de DPI no contexto das estratégias de desenvolvimento que se deseja almejar em uma dada sociedade, onde interagem as dinâmicas dos territórios e aquelas do espaço virtual em conformação.

Nas diferentes abordagens aqui expostas, há uma dimensão convergente – nem sempre tornada explícita - a ser melhor explorada nessa discussão: o papel da linguagem, seja como via para o entendimento e a construção de consenso (Habermas), seja como expressão, inovação e socialização (Negri, Virno).

Estas são questões de grande atualidade e relevância que vêm ocupando crescente atenção no trabalho investigativo das Ciências Sociais, cabendo à Ciência da Informação - ao tempo em que procura desenvolver um olhar próprio sobre esse tema e contribuir para esse debate - valer-se, de maneira pro-ativa, das profícuas sinergias e mútuas fertilizações com áreas disciplinares conexas que podem dar contribuições significativas para o melhor entendimento desse quadro. Trata-se ainda de contribuir não apenas para ampliar a reflexão acadêmica nesse campo, como também para gerar subsídios para a elaboração de políticas e estratégias condizentes com o novo cenário.

O desenvolvimento dos estudos empíricos da pesquisa trarão certamente novos elementos a essa discussão.

NEW CONDITIONS OF MOVEMENT AND OWNERSHIP OF INFORMATION AND KNOWLEDGE: issues in the contemporary debate

ABSTRACT

This paper aims at presenting the debate on the new conditions of production, circulation and social appropriation of information and knowledge, considering the present technological

change, institutional framework e social innovation in this field, as well as at verifying how such conditions affect the tensions between social appropriation (information as public good) and private appropriation (information as merchandise). It focus on how this dynamics evolves in the field of information in science and technology (S&T). Its aim is to analyse the repercussions of such scenario for the emergent global information regime and its expression in Brazil. The work presents the results of a survey of the state of the art of the academic debate on this issue, from different interpretative perspectives. The research is part of an International Research Programme on the Emergent Global Information Regime in Science and Technology.

Key words: Production and Circulation of Information. Social Appropriation. Intellectual Property. Information Regime.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: IBAMA, 1998.

_____; MACIEL, M. L. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, set./dez. 2004, v. 33, n. 3, p. 9-16.

AROCENA, R. e SUTZ, J. Knowledge, innovation and learning: systems and policies in the northe and in the South. In: Cassiolato, Lastres e Maciel (org.) **Systems of innovation and development**. E.Elgar Publishers, Cheltenham, GB, 2003.

BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Abril Cultural, 1976 [1973].

BOLAÑO, C. Trabalho intelectual, informação e capitalismo: a re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 15, 2002.

BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. In: BRAMAN, Sandra (Ed.), **The emergent global information policy regime**. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004.

BRAMAN, S. **Change of state. information, policy, and power**. Cambridge: The MIT Press, 2006.

CASARINO, C. ; NEGRI, A. In: **Praise of the common**: a conversation on philosophy and politics. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

CASTELLS, M. **The rise of the network society**. Oxford: Blackwell, 1996

COCCO, G.M. **Trabalho e cidadania**: produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Mobilizar os territórios produtivos: para além do capital social, a constituição do comum. In: SILVA, G.; COCCO, G. (orgs.). **Territórios produtivos**: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília: SEBRAE, 2006.

_____. SILVA, G.; GALVÃO, A.P. **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CORSANI, A. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo In: COCCO, G. M. ; SILVA, G.; GALVÃO, A.P. **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CRUZ, M.F. **A norma do novo: fundamentos do sistema de patentes na modernidade**. Filosofia, história e semiótica. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 1996.

DOSI, G. Technological paradigms and technological trajectories: a suggested interpretation of the determinants and directions of technical change. **Research Policy**, 11, 1982.

DRUCKER, P., 1968. **The age of discontinuity: guidelines to our changing society**. New York: Harper & Row.

FREEMAN, C., 1982. **The economics of industrial innovation**. London: Frances Printer.

FROHMAN, B. Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness – information, systems, people, organizations. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23, Edmond, Alberta. 1995. Disponível em: <<http://instruct.uwo.ca/faculty/Frohmann>>.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação”. **Ci. Inf.** [online]. jan. 2002, v. 31, n.1, p. 27-40.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Empire**. Massachusetts: Harvard University Press, 2000.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

KURAMOTO, H. Acesso livre: um novo paradigma para a comunicação científica. **Liinc em Revista**, v .4, n. 2, setembro 2008.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEGEY, L.R; ALBAGLI, S. Sociedade da Informação no Brasil: uma nova agenda. **DataGramaZero**, 2000. Disponível em: <<http://www.dgz>>.

LEMOS, C. Inovação na era do conhecimento In: LASTRES, H.M.M.; ALBAGLI, S. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. Disponível em: <<http://www.liinc.ufrj.br>>.

LEMOS, R; FERRAZ, T. S; FALCÃO NETO, J. de A. **Direito do software livre e a administração pública**. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2007. 164 p.

LUNDEVALL B-Å. **National Systems of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning**. London: Pinter Publisher, 1992.

MACIEL, M.L.; ALBAGLI, S. Knowledge societies, seen from the south. **International Social Science Journal** - Special Issue on Global Knowledge, 2009 (forthcoming).

MACHLUP, F., 1962. **The production and distribution of knowledge in the United States**. Princeton: [S.l.], 1962.

MARQUES, I.C. Desmaterialização e trabalho In: LASTRES, H.M.M.; ALBAGLI, S. **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. Disponível em: <<http://www.liinc.ufrj.br>>.

MOULIER-BOUTANG, Y. **Le capitalisme cognitif: la nouvelle grande transformation**. Paris: Amsterdam, 2007.

MOULIER-BOUTANG, Y. Wikipolitique et api-économie, information, pouvoir et politique dans une société numérique (Version préliminaire). In: Seminário Internacional « Informação, Poder e Política: novas mediações tecnológicas e institucionais ». Rio de Janeiro: IBICT; UFRJ, 2009.

NEGRI, A. **Cinco lições sobre o império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PORAT, M.U. **The Information Economy**. California: Stanford University, 1976.

SASSEN, S. A construção do objeto de estudo digitalizado. In: MACIEL, M.L; ALBAGLI, S. (org.) **Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social**. Brasília: Ibict/Unesco, 2007.